

O papel do linguista no debate público

The role of the linguist in public debate

DOI: 10.22481/lnostr.v14i1.20206

Adriele Santos de Lima¹

Universidade Federal do Paraná

E-mail: adrieleufpr@gmail.comLuana de Conto²

Universidade Federal do Paraná

E-mail: luanadeconto@ufpr.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as noções de senso comum acerca da língua, os debates que delas decorrem e a posição do linguista no espaço público, propondo uma reflexão crítica sobre seu papel social. O problema que o orienta decorre de uma mudança no lugar em que a língua é discutida: o debate sobre o que é falar bem migrou, em boa medida, para plataformas digitais de grande alcance, nas quais conceitos de origem acadêmica circulam fora de seu contexto de formulação e são recebidos por um público não especialista. Fundamentado na sociolinguística, o trabalho discute como os usos linguísticos se articulam a relações de poder, identidades e hierarquias sociais. O referencial teórico organiza-se em três eixos: ideologias linguísticas, o conceito de pretuguês e o papel do linguista no debate público. Examina-se o papel da padronização na construção de noções normativas de “certo” e “errado”, frequentemente naturalizadas pelos falantes, bem como as tensões que marcam a atuação do

¹ Adriele Santos de Lima é graduanda em Licenciatura em Letras, com formação voltada às áreas de Língua Portuguesa e Língua Japonesa na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Seus interesses acadêmicos concentram-se nos estudos da linguagem, especialmente em Sociolinguística e Ideologias Linguísticas, com atenção às relações entre língua, sociedade e preconceito linguístico. Desenvolve pesquisas sobre a atuação do linguista no debate público e sobre as concepções sociais acerca da língua e de seus usos. Também participa de projetos de extensão voltados à divulgação e à popularização dos conhecimentos linguísticos para o público não especializado. No campo do ensino de línguas, possui interesse pela didática de língua japonesa e pela aplicação de diferentes metodologias de ensino no contexto brasileiro.

² Trabalho como professora adjunta na Universidade Federal do Paraná, desde 2022. Atuo no curso de Letras e na Pós-graduação em Letras.

Sou especialista em Linguística Formal, especialmente nos estudos do significado (Semântica). Minha tese de doutorado trata do comportamento de adjetivos em sentenças sem flexão de gênero e número, no português brasileiro -- um exemplo desse fenômeno você encontra na sentença "[Menina é mais tranquilo](#)". Fui bolsista de Apoio à Difusão do Conhecimento pelo CNPq, com o projeto (In)Definidos.

Hoje minha pesquisa está centrada nos fatores de impacto da popularização da Linguística sobre ideologias linguísticas, com a orientação neste ano de uma estudante de iniciação científica e quatro estudantes de mestrado. Também atuo na extensão, com projetos de popularização da linguística e formação docente de Língua Portuguesa. Os projetos "[Profe Linguista](#)" e "[Gramafone](#)" são iniciativas para levar os estudantes a praticar ações que levem os estudos de Linguística para além da sala de aula e provoquem a reflexão sobre a própria atuação desses profissionais no futuro.

linguista no debate público. Metodologicamente, trata-se de estudo de caso de abordagem qualitativa: foram coletados comentários de um vídeo de divulgação sobre o pretuguês publicado no TikTok e no Instagram, selecionados por pertinência temática e analisados a partir de descritores construídos indutivamente. Foram identificados cinco descritores, três dos quais contrariam frontalmente o que a sociolinguística estabeleceu sobre variação e sobre a competência do falante. O mais frequente, presente em onze dos vinte e três comentários analisados, atribui exclusivamente à educação formal o domínio da língua legítima; outro descritor evidencia que o argumento acadêmico é descartado não por seus fundamentos, mas por ser lido como ideológico. Os resultados apontam para a língua como um campo de disputas simbólicas, ressaltando a necessidade de uma atuação crítica da linguística.

Palavras-chave: Ideologias linguísticas; Pretuguês; Sociolinguística.

Abstract

This article aims to analyze common-sense notions about language, the debates arising from them, and the position of the linguist in the public sphere, proposing a critical reflection on their social role. The research problem stems from a shift in where language is discussed: debate about what counts as speaking well has largely migrated to widely used digital platforms, where academic concepts circulate outside their context of formulation and are received by a non-specialist audience. Grounded in sociolinguistics, the study discusses how language use is intertwined with power relations, identities, and social hierarchies. The theoretical framework is organized around three main axes: language ideologies, the concept of *pretuguês*, and the role of the linguist in public debate. It examines how language standardization contributes to the construction of normative notions of “correct” and “incorrect”, which are often naturalized by speakers, as well as the tensions surrounding the linguist’s participation in public debate. Methodologically, this is a qualitative case study: comments were collected from an outreach video about *pretuguês* published on TikTok and Instagram, selected by thematic relevance and analyzed through inductively constructed descriptors. Five descriptors were identified, three of which directly contradict what sociolinguistics has established about variation and speaker competence. The most frequent one, present in eleven of the twenty-three comments analyzed, attributes command of the legitimate language exclusively to formal education; another descriptor shows that academic argument is dismissed not on its merits, but because it is read as ideological. The findings indicate that language constitutes a field of symbolic struggle, underscoring the need for a critical engagement of linguistics in the public sphere.

Keywords: Language ideologies; Pretuguês; Sociolinguistics.

1 INTRODUÇÃO

A sociolinguística entende a língua como um espaço privilegiado de observação dos fenômenos sociais. Enquanto arena de disputa simbólica, seus usos revelam relações de poder, identidades e hierarquias sociais, uma vez que determinadas formas passam a ser associadas a prestígio ou estigma em uma comunidade de fala, como demonstrado por William Labov em seus estudos sobre a estratificação social da linguagem (Labov, 2008).

O interesse por esse recorte decorre de uma mudança no lugar em que a língua é discutida. O debate sobre o que é falar bem deixou de se restringir à escola, aos manuais de gramática e às colunas de jornal e passou a ocorrer, de forma intensa e pública, em plataformas digitais de grande alcance. Nesses espaços, conceitos de origem acadêmica circulam fora de seu contexto de formulação e são recebidos por um público não especialista que reage a eles de imediato. É o caso do pretuguês, formulado por Lélia Gonzalez (1983) e posteriormente retomado por pesquisas linguísticas que se aprofundaram a respeito do contato da língua portuguesa com línguas africanas. Essa circulação no debate público permite examinar a recepção desses conceitos e observar, em material empírico, a dinâmica de ideologias linguísticas, ao mesmo tempo que se pode avaliar o alcance social do conhecimento produzido pela linguística brasileira.

A pergunta que norteia a pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: que concepções de língua sustentam a reação pública ao conceito de pretuguês e que lugar o linguista ocupa nesse debate? Partimos de dois pressupostos. O primeiro, derivado de Milroy (2001), é o de que os julgamentos correntes sobre certo e errado não são de natureza linguística, mas resultado de um processo histórico de padronização cujas motivações são sociais e que se apresenta aos falantes como evidência incontestável. O segundo, derivado de Rajagopalan (2003), é o de que a baixa penetração da linguística no debate público não se explica apenas por falta de divulgação: ela tem raízes na própria constituição da disciplina, que historicamente tratou o senso comum como empecilho a ser descartado.

O objetivo geral é analisar as ideologias linguísticas que emergem na recepção pública do conceito de pretuguês e discutir, a partir delas, o papel do linguista no debate público. São objetivos específicos: descrever o modo como a padronização linguística produz e naturaliza noções de correção; apresentar o conceito de pretuguês e as pesquisas que o tomaram como objeto; identificar, em comentários coletados em redes sociais, as concepções de língua recorrentes, organizando-as em descritores; e discutir as condições de participação do linguista nesse debate. Neste trabalho, tomamos dois temas para o embasamento teórico apresentados nas subseções a seguir: (1.1) ideologias linguísticas e (1.2) pretuguês. o papel do linguista no debate público. As seções 2 e 3 trazem a pesquisa que conduzimos, apresentando respectivamente a metodologia e os resultados alcançados, e na seção 4 refletimos a partir de nossa análise a respeito do papel do linguista no debate público.

1.1 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS

É fácil observar como, por exemplo, na fala cotidiana, o falante pode usar uma forma desprestigiada como “eles gosta” em vez de “eles gostam” em ambientes não monitorados, isto é, situações informais em que não há preocupação consciente com correção, como conversas com amigos ou familiares. Do ponto de vista da gramática tradicional, essa construção é considerada inadequada, uma vez que viola o princípio de concordância verbal, segundo o qual o verbo deve concordar com o sujeito em número e pessoa (Bechara, 2014). Assim, sendo “eles” um sujeito na 3ª pessoa do plural, a forma verbal esperada na norma-padrão é “gostam”, e não “gosta”, que corresponde à 3ª pessoa do singular. Em contextos mais monitorados, como uma entrevista de emprego, uma apresentação acadêmica ou ao falar com alguém em posição de autoridade, o mesmo falante tende a ajustar sua fala para “eles gostam”, buscando adequação à norma-padrão. Esse monitoramento da fala refere-se justamente ao grau de atenção e controle que o indivíduo exerce sobre sua própria linguagem, variando conforme o contexto social.

Essa observação mostra que o falante alterna entre estilos linguísticos em níveis variados de consciência. O que parece ser apenas uma intuição ou hábito espontâneo é, na verdade, uma escolha linguística orientada por valores sociais. Essa alternância revela uma ideologia linguística que associa determinadas formas de falar a prestígio, correção e legitimidade, enquanto outras são vistas como inadequadas ou inferiores, estigmatizadas. Assim, o uso da língua evidencia relações de poder e normas sociais internalizadas, muito além do que aparenta à primeira vista. A associação entre as formas linguísticas e grupos sociais diz respeito ao que Labov chamou de valor social das variantes, e essa associação é reinterpretada à luz das ideologias linguísticas: a avaliação sobre determinado grupo social, partilhada por uma comunidade de fala, é decalcada sobre as expressões que identificam esse grupo. Dessa perspectiva, as ideologias linguísticas podem ser entendidas como “crenças ou sentimentos sobre as línguas conforme são usadas em seus mundos sociais” (Kroskrity, 2004, p. 498). Elas veiculam crenças sobre os usos linguísticos e sobre o modo como esses usos são indexados a grupos sociais.

Entre os processos que contribuem para a formação das ideologias linguísticas que estão por trás de atitudes de preconceito linguístico, destaca-se a ideologia da padronização da língua. Segundo Milroy (2001), a padronização pode ser compreendida como um processo de imposição de uniformidade a um sistema linguístico originalmente heterogêneo, por meio da seleção de determinadas formas como modelo e da consequente restrição da variabilidade. Como forma de intervenção linguística, a padronização produz nos falantes a percepção de que

existe uma forma correta, única e que deve ser preservada, enquanto as demais passam a ser interpretadas como erradas, ainda que essas variações sejam sistemáticas do ponto de vista linguístico (Milroy, 2001).

Além disso, a padronização deve ser compreendida em sua dimensão histórica e nos processos de legitimação que a sustentam. A norma padrão não constitui uma propriedade intrínseca da língua, mas resulta de práticas sociais e institucionais que atribuem prestígio a determinadas variedades, associando-as a grupos socialmente dominantes. Com o tempo, esse processo de legitimação contribui para a naturalização da norma, fazendo com que ela seja percebida pelos falantes como evidente e incontestável (Milroy, 2001).

Essa dinâmica está diretamente relacionada ao processo de naturalização da norma padrão, isto é, à forma como os falantes passam a percebê-la como uma propriedade da própria língua, e não como resultado de construções históricas e sociais. Como observa Milroy:

Essa crença assume a seguinte forma: quando houver duas ou mais variantes de alguma palavra ou construção, somente uma delas pode estar certa. É considerado óbvio, como *senso comum*, que algumas formas são certas e outras, erradas, e assim é, mesmo quando existe discordância sobre qual é qual. Em geral, não existe discordância. A sentença *eu vi ela*, por exemplo, é obviamente errada, e *eu a vi* é — de forma igualmente óbvia — correta. Para a maioria das pessoas em culturas de língua padrão que prestam atenção à língua, é assim e pronto: nenhuma justificativa é necessária para rejeitar *eu vi ele*, e quando alguma justificativa é dada (por exemplo, que o pronome *ele* exerce função de sujeito, não de objeto), ela é *post hoc*. De fato, todos os argumentos prescritivos sobre correção que dependem de fatores intralinguísticos são racionalizações *post hoc*, e existem muitas delas na história das atitudes para com o inglês, em manuais de correção e até em histórias descritivas do inglês. Mas uma racionalização intralinguística não é a razão pela qual alguns usos são considerados errados. A razão é que se trata de simples senso comum: todo mundo sabe isso, faz parte da cultura saber isso, e você é um marginal se pensar de outra maneira: você não participa da cultura comum, e por isso suas opiniões podem ser descartadas. Nesse contexto, os linguistas que afirmam que *eu vi ela* não é agramatical estão se colocando fora da cultura comum. (Milroy, 2001, p. 58).

Assim, a noção de certo e errado estaria arraigada no senso comum de tal forma que se coloca como inquestionável: determinada forma é correta simplesmente porque é assim; os eventuais motivos que vierem a ser elencados (no caso da sentença *eu vi ela*, diz-se que há uma cacofonia) são exercícios feitos após o veredito.

Ao legitimar determinados usos linguísticos e deslegitimar outros, estabelece-se dentro da língua uma oposição advinda de valores externos. As formas dadas como erradas acabam por se aproximar dos falares de comunidades periféricas — espelhando a hierarquia social já presente numa sociedade marcada por desigualdades. Dessa forma, evidencia-se que a padronização, longe de ser um processo neutro, está profundamente vinculada à construção de valores sociais e à manutenção de hierarquias.

No caso do português brasileiro, esse processo de padronização se articula com o prestígio social herdado de uma longa tradição colonial, produzindo um efeito de distanciamento simbólico entre os falantes e a própria língua que utilizam. Nesse contexto, sustenta-se a crença na existência de uma forma “correta” de falar, frequentemente associada ao português europeu e à norma padrão escolarizada. Tal percepção, no entanto, não vem do funcionamento interno da língua, uma vez que também nas variedades se observa uma lógica interna que explica suas propriedades. Um exemplo é a reestruturação do sistema pronominal do português: o paradigma *eu, tu, ele, nós, vós, eles* deu lugar a usos com *você* e *vocês*, de tal maneira que provocou uma reorganização das formas verbais. Ainda que o paradigma pronominal antigo persista em instrumentos gramaticais, o que se tem na língua em uso é um sistema distinto e internamente coerente. O que gramáticos conservadores costumam chamar de “mistura de tratamento” deve ser analisado, “em termos científicos e não preconceituosos, como uma reorganização do sistema pronominal da língua” (Bagno, 1999, p. 30-31). A valorização negativa dessas formas, portanto, não decorre de critérios linguísticos, mas de um processo histórico de padronização orientado por interesses políticos, sociais e culturais. Como observa Carlos Alberto Faraco, a constituição da norma-padrão está ligada a projetos de uniformização linguística associados à formação dos Estados modernos, nos quais gramáticas e dicionários passaram a atuar como instrumentos de regulação do comportamento linguístico dos falantes (Faraco, 2008).

Diante desse modelo normativo e centralizado de concepção da língua, o linguista tende a ocupar uma posição de contraponto. Ao adotar um distanciamento analítico, a linguística trata coisas que são tomadas muitas vezes como “erro” ou “correção” como objetos de investigação científica. A partir da descrição sistemática de níveis como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, evidencia-se que os falantes dominam regras complexas e utilizam a língua de forma estruturada, ainda que não tenham consciência das ideologias que sustentam essas avaliações normativas.

Um exemplo elucidativo é a chamada não concordância de número no sintagma nominal, construções como *os menino* ou *as casa*, amplamente estigmatizadas no Brasil como erro gramatical. Segundo a gramática normativa, a concordância nominal consiste na adaptação das palavras determinantes, artigo, adjetivo, numeral, pronome, ao gênero e número da palavra determinada, de modo que “a palavra determinante irá para o gênero e número da palavra determinada” (Bechara, 2015, p. 442), razão pela qual construções como *os menino* ou *as casa*

são sistematicamente classificadas como desvios da norma culta. Contudo, uma análise sociolinguística revela que essas formas obedecem a uma lógica sistêmica distinta.

Como observa Castro (2022), a tendência de marcar o plural apenas nos determinantes que antecedem o nome, deixando o substantivo no singular, como em *os menino, três casa, muitos livro*, é um traço sintático muito comum na fala descontraída dos brasileiros de todas as classes sociais, e não se restringe a situações de informalidade. Para compreender esse fenômeno, a autora faz uma comparação entre o funcionamento do plural no português europeu padrão e nas línguas do grupo banto.

No português europeu, o plural é marcado pelo morfema final /-s/, que se repete em todos os elementos do sintagma nominal: *as pessoas, os meninos*. Nas línguas do grupo banto, no entanto, o plural não é marcado ao final da palavra, mas por prefixos classificatórios que a antecedem. Castro (2022) ilustra isso com o par:

(Sing.) *mu.ntu* — a pessoa / (Pl.) *ba.ntu* — as pessoas

Ou seja, a diferença entre singular e plural, em banto, está inteiramente no prefixo inicial — *mu-* para o singular, *ba-* para o plural, e o nome permanece inalterado. A autora propõe, então, que quando os falantes africanos escravizados passaram a adquirir o português como segunda língua, interpretaram os determinantes do sintagma nominal português — artigos como *o/os, a/as*, numerais como *três*, pronomes como *muitos* — como se fossem esses prefixos classificatórios do banto. Dessa forma, a marcação do plural no primeiro elemento do sintagma passou a ser percebida como suficiente, tornando redundante a repetição do /-s/ no nome. O resultado foi o que Castro (2022) denomina um decalque morfossintático: o modelo de formação do plural banto foi transferido para o português, gerando a estrutura:

(Pl.) **AS.pessoa* — em que o modificador *as* carrega toda a informação de plural, e o nome *pessoa* permanece no singular.

Castro (2022) acrescenta que esse fenômeno provavelmente foi reforçado pelos falantes de iorubá, língua em que o plural também é indicado por um elemento que precede o nome — o pronome enfático *àwon*, mantendo o nome sempre no singular, conforme demonstrado por Bamgbose (1967 apud Castro, 2022, p. 263):

(Sing.) *ajá* — o cachorro / (Pl.) *àwon ajá* — os cachorros

(Sing.) *orè mi* — meu amigo / (Pl.) *àwon orè mi* — meus amigos

A isso se soma o princípio da economia linguística: uma única marca formal de plural, o determinante, é semanticamente suficiente para transmitir a informação desejada, eliminando

a redundância que a norma padrão exige. Trata-se, portanto, não de uma falha no domínio da língua, mas de uma reestruturação sintática historicamente motivada, resultante do contato entre o português coloquial dos séculos XVII e XVIII e as línguas negro-africanas faladas no Brasil ao longo de mais de três séculos de escravidão (Castro, 2022). Esse fenômeno evidencia não apenas a complexidade dessas construções, mas também os processos históricos e sociolinguísticos que marcaram a formação do português brasileiro, reforçando a inadequação de sua classificação como simples desvio em relação à norma padrão.

Os julgamentos populares sobre os usos linguísticos são profundamente ideológicos, embora raramente sejam percebidos dessa forma: avaliações negativas sobre determinadas formas de falar costumam ser interpretadas como juízos puramente linguísticos, legitimados por autoridades normativas, e não como manifestações de preconceito social (MILROY, 2001). Veremos a seguir como esse tipo de preconceito pode aparecer revestido de roupagem linguística, a partir da reflexão sobre o pretuguês.

1.2 PRETUGUÊS

Por muito tempo, o estudo das influências de línguas africanas sobre o português brasileiro foi negligenciado. Os estudos etnolinguísticos formais acerca dessas influências são relativamente recentes e consolidaram-se sobretudo ao longo do século XX. Nesse campo, destacam-se pesquisadoras como Yeda Pessoa de Castro e Lélia Gonzalez, especialmente pela formulação do conceito de “pretuguês”. Essas influências derivam, em grande medida, de línguas da família banto, como o quimbundo, o quicongo e o umbundo, além de línguas do grupo iorubá, pertencentes à família Níger-Congo (Castro, 2022).

Lélia Gonzalez, embora não fosse linguista de formação, foi uma importante intelectual, antropóloga e pensadora das relações raciais no Brasil. Em seus textos, especialmente no ensaio “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, desenvolve uma reflexão fundamental sobre as influências negras no português brasileiro. Sua análise parte da observação de fenômenos linguísticos presentes na fala cotidiana e da forma como esses usos são frequentemente estigmatizados, o que revela a internalização de padrões racistas e eurocêtricos de correção linguística.

Em um de seus textos mais conhecidos, a autora afirma:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo,

acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, o *está* em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (Gonzalez, 1983, p. 238).

A partir dessa perspectiva, o conceito de pretuguês sugere que muitos traços considerados “erro” ou “desvio” são, na verdade, marcas históricas da presença africana na constituição do português brasileiro. Desse modo, Gonzalez (1983) não apenas valoriza formas de fala estigmatizadas, como também denuncia o racismo linguístico presente nos julgamentos normativos. O termo “pretuguês”, resultante da junção entre “preto” e “português”, passou a ser mobilizado em estudos sociolinguísticos para refletir sobre as relações entre língua, raça e poder. Ainda que a autora faça afirmações contundentes de respaldo questionável, afirmando por exemplo a inexistência da consoante lateral [l] em idiomas africanos, ela inaugura uma discussão de potencial muito prolífico sobre a relação entre características do português estigmatizado e características de línguas africanas.

A partir de reflexões dessa natureza, destaca-se o trabalho da professora e pesquisadora Yeda Pessoa de Castro, que propõe uma releitura da formação do português brasileiro em termos de “ancianidade com africanias”. Em sua obra *Camões com dendê*, a autora evidencia a relevância das línguas africanas na constituição gramatical do português do Brasil, superando a visão limitada que restringe essas influências ao plano dos empréstimos lexicais. Ao contrário, demonstra que tais contribuições atuam de maneira estrutural, sobre níveis fonológicos, sintáticos, semânticos e prosódicos da língua (Castro, 2022). Além disso, ressalta o papel das línguas africanas como elemento constitutivo da formação cultural e social brasileira, contribuindo para práticas culturais, sociais e históricas.

É fundamental destacar que as populações africanas trazidas para o Brasil não constituíam um grupo homogêneo, nem do ponto de vista étnico, nem linguístico. Ao contrário, tratava-se de indivíduos provenientes de diferentes regiões da África Subsaariana, falantes de uma ampla diversidade de línguas pertencentes, sobretudo, à família Níger-Congo. Embora uma parcela significativa desses falantes estivesse vinculada ao grupo banto, isso não implica a existência de uma única língua africana, mas de um conjunto extenso de línguas aparentadas, como o quimbundo, o quicongo e o umbundo, entre outras. Como destaca Castro, o termo “banto” designa uma classificação linguística que abrange centenas de línguas relacionadas por um substrato comum, o protobanto, o que evidencia a complexidade desse panorama linguístico (Castro, 2022, p. 234-235). Esses dados evidenciam não apenas a dimensão demográfica desse contingente — já que, no século XIX, segundo o censo de 1872, cerca de 58% da população brasileira era composta por negros e pardos —, mas também a heterogeneidade linguística que

caracterizava suas interações, sendo justamente nesse contexto multilíngue que se desenvolveram formas intermediárias de comunicação, fundamentais para a reconfiguração do português no Brasil (Castro, 2022).

Nessa perspectiva, a autora sustenta que, no contexto colonial, a migração forçada de populações africanas, sobretudo de origem banto, produziu um cenário de intenso contato linguístico. Em razão da vantagem numérica desses falantes em espaços como senzalas, plantações, minas e quilombos, é plausível supor que tenham contribuído para a constituição de uma “língua geral” utilizada no Brasil até meados do século XVIII. Paralelamente, teriam emergido falares afro-brasileiros como línguas francas em contextos multilíngues, marcados pela necessidade de comunicação entre indivíduos de diferentes origens linguísticas (Castro, 2022).

Nesse contexto, Castro propõe a existência de um “dialeto das senzalas”, caracterizado por um substrato banto, decorrente tanto da predominância numérica quanto da intensa interação entre seus falantes. Esse falar, possivelmente difundido para áreas rurais circunvizinhas, teria interagido com a chamada “língua geral”, contribuindo para a formação de variedades do português brasileiro:

É possível que esse dialeto, sob a forma de dialetos rurais, estendera-se em campos circunvizinhos ao encontro da “língua geral”, por efeito da interferência linguística banto num contexto multilíngue, consequência do largo alcance territorial da distribuição humana do povo banto durante o povoamento do Brasil colonial, bem demonstrado pelo lexema banto *quilombo* para denominar as inúmeras revoltas que foram por eles promovidas. Ao longo do tempo, o conjunto desses fatores de natureza histórica e etnolinguística, provavelmente, favoreceu a ampla ocorrência dos traços comuns que se mostram na variedade não padrão do português europeu dos falares rurais e da linguagem coloquial urbana em todo o território brasileiro, sobretudo entre a população menos escolarizada, sem implicar a necessidade de uma língua crioula como antecessora. (Castro, 2022, p. 238).

O trecho acima condensa um dos argumentos centrais da tese defendida por Castro: a de que a disseminação dos traços africanos no português brasileiro não pressupõe a existência prévia de uma língua crioula. O ponto de partida é demográfico e geográfico. A predominância numérica dos africanos de substrato banto no Brasil colonial e sua ampla distribuição pelo território, evidenciada simbolicamente pelo próprio lexema *quilombo*, de origem banto, usado para designar as revoltas que organizaram, teriam criado as condições para que um falar de base banto se consolidasse nas senzalas e se irradiasse para além delas. Não se trata, portanto, de uma influência localizada ou restrita a contextos religiosos e domésticos, mas de um processo de alcance territorial, que teria atingido os campos e as áreas rurais circunvizinhas às fazendas e engenhos. Tal constatação reforça a hipótese de que as similitudes tipológicas entre as línguas

banto e o português arcaico favoreceram a incorporação de traços linguísticos sem ruptura estrutural significativa.

Em continuidade a essa argumentação, Castro (2022) desenvolve a tese da “ancianidade com africanias”, segundo a qual o português brasileiro preserva características do português arcaico, ao mesmo tempo em que incorpora marcas estruturais de origem africana. Nesse sentido, a ancianidade se deve ao fato de que os portugueses que vieram ao Brasil eram falantes do português coloquial seiscentista, a variedade oral e popular falada nos séculos XVI e XVII, e não do português literário e culto consagrado pelos grandes escritores do período. Essa variedade arcaica, transplantada para a colônia, foi se distanciando progressivamente do português europeu moderno, que continuou evoluindo na metrópole. As línguas africanas, por sua vez, não teriam provocado mudanças drásticas, mas teriam impulsionado tendências já presentes no português, por meio da transferência de traços linguísticos durante o processo de aquisição do português como segunda língua. A semelhança estrutural entre o português arcaico e as línguas do grupo banto, como o sistema de sete vogais orais e a estrutura silábica predominantemente consoante-vogal, teria facilitado esse processo de nivelamento e africanização, em lugar do surgimento de uma língua crioula, como ocorreu no Caribe (Castro, 2022, p. 240):

Configurava-se, assim, a modalidade da língua portuguesa no Brasil, diferenciada do português europeu moderno pela sua ancianidade com marcas de africania, a se mostrar, plenamente, na variedade do português vernacular brasileiro, reescrevendo uma história que se resume na ressignificação da denominação *Camões com dende* (Castro, 2022, p. 240).

Dessa forma, evidencia-se que a constituição do português brasileiro resulta de um processo histórico de contato linguístico no qual as africanias desempenham papel estruturante, contribuindo para a reconfiguração interna da língua sem ruptura com sua base histórica.

Essa perspectiva dialoga com reflexões contemporâneas, como as de Gabriel Nascimento, que observa que o conceito de pretuguês não apenas foi central na trajetória intelectual de Gonzalez, como também se tornou objeto de investigação linguística. Segundo o autor, os trabalhos de Castro permitem confirmar empiricamente algumas das indagações formuladas pela antropóloga, estabelecendo um diálogo entre reflexão teórica e análise linguística (Nascimento, 2019).

A discussão insere-se em uma abordagem mais ampla que articula língua, história e relações de poder. Nesse sentido, Nascimento argumenta que, ao reconhecer o caráter estrutural

do racismo, é necessário considerar também o papel da linguagem como espaço de materialização dessas hierarquias:

Uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura. Em minha hipótese principal aqui, entendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação. (Nascimento, 2019, p. 19).

A dimensão política do preconceito linguístico encontra formulação precisa em Nascimento (2019), que articula a questão da língua à lógica mais ampla da racialidade produzida pela colonialidade. Para o autor, a gramática normativa não é um instrumento neutro de descrição da língua, mas um dispositivo que opera a mesma lógica do racismo: ela classifica, hierarquiza e desvaloriza formas de falar atribuindo-lhes o estatuto de “desvio” ou “erro”, da mesma maneira que a branquitude racializa os corpos negros ao nomeá-los como o outro, o desviante, em relação a uma norma que se apresenta como universal, mas que é, na verdade, uma perspectiva particular e dominante.

2. METODOLOGIA

Trata-se de estudo de caso de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo. A pesquisa é de natureza documental: o material analisado não foi produzido por solicitação das pesquisadoras, mas coletado de registros públicos preexistentes em plataformas digitais.

Para este estudo de caso, foram selecionados comentários de um vídeo publicado por Carolina Hallal no TikTok (@carolhallal) e no Instagram (@carolina_hallal), no qual a autora apresenta o texto de Lélia Gonzalez (1983) sobre o conceito de pretuguês (Hallal, 2025a, 2025b). Embora a formulação de Gonzalez não tenha origem direta na linguística, sua reflexão se tornou referência para estudos posteriores na área, como os desenvolvidos por Yeda Pessoa de Castro, que investiga as influências africanas na formação do português brasileiro. A escolha dessa publicação deve-se ao seu alcance e ao fato de tematizar diretamente o conceito em discussão, o que gerou um volume expressivo de reações de usuários não especialistas.

A partir dessa publicação, foram coletados comentários feitos por usuários das plataformas, os quais constituem o *corpus* analisado neste estudo. Inicialmente foram selecionados comentários que se dirigissem às questões linguísticas apresentadas no vídeo, sendo descartados os que tratavam de temas alheios à pesquisa, os meramente reativos e os que não apresentavam conteúdo argumentativo. O procedimento resultou em um *corpus* de vinte e

três comentários, transcritos integralmente e sem correção, preservando-se a grafia e a pontuação originais. Os autores dos comentários não são identificados: as postagens são públicas, mas a pesquisa não tem interesse nos indivíduos, e sim nas concepções de língua que os enunciados veiculam.

Os comentários foram então analisados em termos qualitativos, com o objetivo de construir descritores que sumarizassem visões recorrentes sobre a língua. Os descritores não foram definidos *a priori*: emergiram de leituras sucessivas do *corpus* e foram sendo reformulados até que o conjunto se mostrasse capaz de dar conta das recorrências observadas. Em seguida, cada descritor foi confrontado com a bibliografia teórica, de modo a explicitar a ideologia linguística que sustenta cada tipo de julgamento. Por fim, cada comentário foi reanalisado para se avaliar quais dentre o conjunto de descritores se aplicava a cada um, admitindo-se a atribuição de mais de um descritor por comentário. A frequência de cada descritor no *corpus* foi então contabilizada.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O material analisado nesta seção é constituído por comentários publicados em um vídeo de divulgação produzido por Carolina Hallal e publicado em suas contas do TikTok (@carolhallal) e do Instagram (@carolina_hallal), em 8 de dezembro de 2025. O vídeo apresenta e discute o texto de Lélia Gonzalez (1983) sobre o conceito de pretuguês, colocando em circulação, em um espaço de divulgação nas redes sociais, uma discussão sobre as relações entre língua e as influências africanas na formação do português brasileiro. Por abordar diretamente o conceito de pretuguês e ter gerado um volume expressivo de reações de usuários não especialistas, a publicação constitui o recorte empírico deste estudo. A partir dessas reações, foram selecionados os comentários pertinentes ao tema da pesquisa, que serão analisados segundo os descritores construídos indutivamente. Apresentamos a seguir o rol de comentários coletados, com o critério de seleção de pertinência ao tema da pesquisa.

(1) Isso é uma ofensa aos afrodescendentes. Convivi no exterior com muitos cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses, angolanos, moçambicanos, luso-africanos de todas as classes sociais, e todos falam o português maravilhosamente bem, sem nunca deixarem de falar o crioulo e os dialetos locais. Acho que, em algum momento da história da República Brasileira, houve desleixo na educação.

(2) Agora estão passando pano até para erro de português.

(3) Um sinal da nossa falência educacional, principalmente com as pessoas mais pobres, é transformada uma característica identitária racial.

(4) Claro que estão copiando o que já existe nos Estados Unidos. Esse tipo de argumento só tem uma função: marginalizar as pessoas pobres. Mantê-las na pobreza. Chega a ser irônico que esse tipo de argumento é produzido por pessoas de classe média alta.

(5) Herança ou não, o português “mal falado” se torna feio.

(6) Esse discurso não me agrada nem um pouco, porque o endosso antropológico do déficit linguístico indiretamente acaba respaldando imbecilidades, como as teorias eugenistas.

(7) Vamos enaltecer o erro, vamos fazer malabarismos acadêmicos para justificar a falta de cultura. A nossa classe de pensadores de humanas no Brasil é um exemplo perfeito do fracasso de nós como sociedade. Parabéns aos envolvidos.

(8) Cara, essas palavras matam a língua portuguesa...

(9) Está tentando ajustar um mal na educação brasileira. Na realidade, é por causa da má educação prestada pelo Estado.

(10) Sim, moça, mas nas escolas não ensinam banto... então, se alguém fala “Framengo”, é ignorância mesmo.

(11) E? Desfigurar a língua não contribui em nada. Querem nos submeter por meio de elucubrações estupefacientes engendradas por acadêmicos que enxergam o mundo através das lentes raciais. Lembro daquela fábula na qual a raposa perdeu a cauda numa armadilha. Lamentável!

(12) É o seguinte, já está tudo errado no Brasil, vamos abolir o erro linguístico também! A partir de agora o Brasil começa a ensinar o pretuguês nas escolas!

(13) Falar a língua portuguesa corretamente daqui a uns dias vai ser racismo.

(14) Oi!? Pretuguês!? Ok, nós temos influências na língua portuguesa de diversas etnias africanas e indígenas, mas é um argumento fraco e equivocado para justificar a falência educacional de décadas no nosso país. O fato de incorporarmos palavras de outras línguas ao nosso português não justifica essa tese. Agora, se for para mudarmos a nossa língua, o certo seria seguir a lógica linguística dos nossos povos originários, já que a ideia, mesmo que não sendo dita de forma explícita, é desvincular da herança colonial. A prioridade deveria ser das línguas indígenas.

(15) Bobagem ideológica, afinal isso é uma hegemonia nas universidades brasileiras. O Brasil tinha índices de analfabetismo acima de 70% da população até a década de 1930. Os problemas linguísticos podem estar muito mais próximos de respostas óbvias, como a baixíssima instrução formal, em detrimento de raízes culturais.

(16) Quanto malabarismo linguístico e mental, com uma carrada de ideologia identitária, para justificar falar e escrever a língua de forma errada. Não me admira o nível decadente, nos últimos 30 anos, dos indicadores de qualidade do ensino básico de português, matemática, ciências, história e geografia. Mais um malabarismo intelectual de elitista, que importa conceitos estadunidenses para empurrar na cabeça de gente ignorante e com capacidade cognitiva frágil o tal “racismo estrutural” (que cabe na história dos EUA, não do Brasil).

(17) Conceito cultural impecável para tentar justificar a origem e manutenção de uma ignorância lastimável. A única explicação razoável para a “burrice” é o desinteresse, principalmente nos dias atuais.

(18) Esse tipo de retórica prejudica o desenvolvimento cognitivo. Por mais que em tom ameno, relativizar a língua é desestimular que a população se corrija foneticamente e graficamente. Além de estimular um regionalismo mais forte, as consequências cognitivas são, ao meu ver, as piores: reduz o vocabulário, que por sua vez reduz seu repertório, que por sua vez reduz sua capacidade argumentativa. Matar a língua é matar a liberdade.

(19) Sério que vocês querem acabar com o português? Só faltava isso. Só pode ser brincadeira um negócio desses...

(20) Pretuguês só fala quem não teve uma boa educação básica, que, aliás, é o que a esquerda deveria ter feito desde que assumiu o governo, mas infelizmente continuaram com os mesmos defeitos dos antigos políticos.

(21) Brasil, tão atrasado na educação, aí, em 2026, vocês querem justificar falar errado com idiomas africanos? Então a pessoa que nasceu em Belford Roxo em 2010 e fala “brusa” está falando assim por influência do idioma africano?!

(22) Estão legitimando a ignorância e a falta de educação que não entregam de forma correta. Pseudointelectual validando o analfabetismo. Esse país não tem nenhuma chance.

(23) A partir do momento que a língua é disseminada (dentro da norma culta) pelo país, esse “pretuguês” deixa de existir; sobra mesmo é falta de conhecimento (ou falha na formação). Temos vários desvios de norma oriundos das línguas que formam o nosso português.

Para a análise dos comentários, foram identificadas visões recorrentes sobre a língua, que funcionam como categorias analíticas capazes de revelar as ideologias linguísticas presentes no *corpus*. Chamamos essas categorias de descritores e listamos a seguir: (i) as variedades populares prejudicam o domínio do indivíduo sobre a norma e ameaçam a norma; (ii) o falante é monodialetal; (iii) o português considerado correto é aprendido exclusivamente por meio da educação formal; (iv) as variedades linguísticas desprestigiadas são consideradas erradas ou feias; (v) o argumento acadêmico é invalidado por ser percebido como ideológico.

Cada comentário foi analisado à luz dessas categorias, podendo contemplar mais de uma simultaneamente. Apresentamos a seguir como cada um desses descritores se revela nos comentários analisados.

(i) As variedades populares prejudicam o domínio do indivíduo sobre a norma e ameaçam a norma

Essa categoria identifica a noção de que validar as variedades não padrão prejudica e ameaça o domínio do falante sobre a norma-padrão e também coloca em risco a norma como um todo. Essa perspectiva dialoga diretamente com Milroy (2001), que discute a percepção de que existe uma única forma correta da língua, a qual deve ser preservada, e as demais variedades

passam a ser interpretadas como erradas. Podemos identificar essa noção nos comentários 8, 11, 18, 19 e 23.

No comentário (8), ao afirmar que “essas palavras matam a língua portuguesa”, o autor sugere que validar o léxico apresentado no vídeo como uma variante legítima “mata” a língua, transmitindo a ideia de que existe uma forma de língua que deve ser preservada e que o reconhecimento de outras variedades necessariamente ameaça essa norma-padrão. É, portanto, uma ideia incompatível com a perspectiva da diversidade linguística e da variação como propriedade inerente à língua. No (11), o uso do verbo “desfigurar” reforça essa mesma percepção, ao indicar que a validação de variedades linguísticas diferentes da norma-padrão comprometeria a língua. No comentário (18), a legitimação das variedades é entendida como “relativizar a língua” e está associada à constatação de que o seu reconhecimento “desestimula” o falar correto, sendo desejável que “a população se corrija foneticamente e graficamente”. O comentário caracteriza o uso das variedades como redução do repertório e redução da capacidade argumentativa e, portanto, pressupõe que o uso dessas variedades representa um problema até de ordem “cognitiva” para o falante, o que poderia ser corrigido através do bom domínio da norma. No comentário (19), a expressão “Sério que vocês querem acabar com o português?” evidencia a ideia de que o português existe como um construto uno, homogêneo, unidade essa que precisa ser protegida e de que o reconhecimento de outras variedades representa uma ameaça à sua preservação. Novamente, a variação linguística é vista como incompatível com o estabelecimento de uma norma. Por fim, no comentário (23), o autor sustenta que, com a norma culta devidamente disseminada e legitimada, variedades como o pretuguês deixarão de existir. Esse argumento reforça a crença de que a valorização de uma implica, necessariamente, o abandono da outra — repousa, portanto, numa visão monolítica da língua, sem espaço para variação.

(ii) O falante é monodialetal

Essa categoria agrupa comentários que expressam a ideia de que o falante domina apenas uma variedade da língua, pressupondo que o falante seja incapaz de transitar entre variedades. Segundo Faraco (2008), todo falante possui um senso de adequação linguística, isto é, a capacidade de adaptar seu modo de falar às diferentes situações de comunicação e aos grupos sociais dos quais faz parte. Assim como um camaleão muda de cor conforme o ambiente, o falante ajusta sua linguagem ao contexto em que está inserido. Por isso, o autor afirma que “cada falante é um camaleão linguístico” (Faraco, 2008).

Um posicionamento desse gênero ignora essa realidade multidialetal do falante. Nesse sentido, o reconhecimento e a legitimação de uma variedade não padrão implicariam, necessariamente, o abandono da norma-padrão, de modo que o domínio da variedade não padrão resultaria na perda da capacidade de dominar a variedade padrão, já que não há espaço para um domínio simultâneo de ambas. Essa noção pode ser identificada nos comentários 10, 12 e 20.

No comentário (10), a afirmação “Sim, moça, mas nas escolas não ensinam banto” sugere que a escola ensina a norma do português e é um espaço destinado exclusivamente ao ensino e ao domínio desta única variedade linguística, suprimindo o uso de variedades típicas dos seus contextos sociais. O acesso à escola por parte do falante significaria que ele passaria a dominar a norma em detrimento de sua variedade de berço: quando se diz que “se alguém fala ‘Framengo’, é ignorância mesmo”, está suposto que o uso da variante não padrão não aconteceria se o indivíduo tivesse adquirido a variante padrão na escola. No comentário (12), ao sugerir que o vídeo recomenda abolir o erro linguístico e ensinar o pretuguês nas escolas, o autor pressupõe que o uso do pretuguês e o domínio da norma-padrão fazem com que um anule o outro. A ideia transmitida é a de que, para utilizar uma variedade não padrão, seria necessário abandonar a variedade padrão, e vice-versa. Por fim, no comentário (20), ao afirmar que o pretuguês é falado apenas por “quem não teve uma boa educação básica”, o comentarista pressupõe que, após a escolarização, o falante necessariamente passa a utilizar apenas a norma-padrão, abandonando as variedades não padrão.

(iii) O português considerado correto é aprendido exclusivamente por meio da educação formal

Essa categoria reúne comentários que atribuem à educação formal o papel de uniformizar e regular o comportamento linguístico dos falantes. Nessa perspectiva, a validação de variedades não padrão é interpretada como resultado de falhas ou da ausência de educação formal. Essa noção pode ser identificada nos comentários 1, 3, 9, 10, 14, 15, 16, 20, 21, 22 e 23.

No comentário (1), ao afirmar que “em algum momento da história da República Brasileira, houve desleixo na educação”, o autor atribui a existência e a legitimação das variedades não padrão ao fracasso da educação formal, sugerindo que uma escolarização adequada seria capaz de impedir ou corrigir esses usos linguísticos. No comentário (3), a afirmação “Um sinal da nossa falência educacional” interpreta a validação das variedades não

padrão como evidência do fracasso da educação brasileira, estabelecendo uma relação direta entre o reconhecimento da variação linguística e a baixa qualidade do ensino. No comentário (9), o autor afirma que validar variedades não padrão constitui uma tentativa de justificar a má qualidade da educação brasileira, atribuindo ao Estado a responsabilidade por uma educação deficiente. No comentário (10), a afirmação “as escolas não ensinam banto” atribui à escola o papel de ensinar e regular todo o comportamento linguístico dos falantes, pressupondo que apenas as variedades legitimadas pela escola devem ser aprendidas e utilizadas. No comentário (14), ao afirmar que “é um argumento fraco e equivocado para justificar a falência educacional de décadas no nosso país”, o comentarista interpreta a validação das variedades não padrão como uma estratégia para justificar os problemas históricos da educação formal. No comentário (15), o autor relaciona os elevados índices de analfabetismo no Brasil ao uso de variedades não padrão, tratando essas variedades como “problemas linguísticos” decorrentes de uma educação insuficiente. No comentário (16), o comentarista afirma não se surpreender com a queda da qualidade da educação formal nas últimas décadas e argumenta que o reconhecimento das variedades não padrão constitui uma tentativa de justificar formas “erradas” de falar e escrever a língua. Assim, estabelece uma relação direta entre a qualidade da educação e a legitimação da variação linguística. No comentário (20), a afirmação “Pretuguês só fala quem não teve uma boa educação básica” reforça a ideia de que a escola é responsável por uniformizar o comportamento linguístico dos falantes e de que o uso de variedades não padrão decorre da ausência de uma educação adequada. No comentário (21), o autor afirma que validar o pretuguês equivale a justificar o “falar errado” e relaciona essa prática ao atraso educacional do Brasil, associando diretamente a legitimidade das variedades não padrão à baixa qualidade da educação. No comentário (22), a afirmação “Estão legitimando a ignorância e a falta de educação que não entregam de forma correta” expressa a ideia de que reconhecer variedades não padrão significa legitimar a ignorância e a deficiência da educação formal. Por fim, no comentário (23), ao afirmar que o uso dessas variedades é “falta de conhecimento (ou falha na formação)”, o comentarista atribui o emprego de variedades não padrão à ausência ou à insuficiência da educação formal, reforçando a concepção de que somente a escolarização produz formas linguísticas legítimas.

(iv) As variedades linguísticas desprestigiadas são consideradas erradas ou feias

Essa categoria reúne comentários que avaliam as variedades linguísticas com base em critérios estéticos e normativos, atribuindo-lhes características como “feias”, “erradas” ou

“inferiores”, sem apresentar justificativas de natureza linguística para tais julgamentos. Nessa perspectiva, toda forma que diverge da norma-padrão é interpretada como incorreta e, por isso, não deveria ser reconhecida ou validada. Essa noção pode ser identificada nos comentários 2, 5, 7, 10, 12, 15, 16 e 22.

No comentário (2), ao afirmar “Agora estão passando pano até para erro de português”, o autor classifica as variedades não padrão como erros linguísticos, rejeitando sua legitimidade. No comentário (5), a afirmação “Herança ou não, o português ‘mal falado’ se torna feio” revela um julgamento de natureza estética. Independentemente das explicações históricas ou sociolinguísticas para a existência dessas variedades, o comentarista as considera simplesmente “feias”. No comentário (7), a expressão “Vamos enaltecer o erro” reforça a ideia de que reconhecer variedades não padrão equivale a legitimar um erro. No comentário (10), ao afirmar que “se alguém fala ‘Framengo’, é ignorância mesmo”, o autor associa o uso de uma variante não padrão à ignorância, tratando-a como um erro decorrente da falta de conhecimento. No comentário (12), a afirmação “já está tudo errado no Brasil, vamos abolir o erro linguístico também” caracteriza explicitamente as variedades não padrão como erros linguísticos que deveriam ser eliminados. No comentário (15), a referência aos “problemas linguísticos” atribui às variantes não padrão um caráter problemático, reafirmando sua interpretação como desvios da língua legítima. No comentário (16), a expressão “falar e escrever a língua de forma errada” reforça a ideia de que qualquer forma que se afaste da norma-padrão constitui um erro linguístico. Por fim, no comentário (22), a afirmação “Estão legitimando a ignorância e a falta de educação que não entregam de forma correta” associa diretamente as variedades não padrão à ignorância e à deficiência educacional, reforçando a percepção de que essas formas são erradas e não deveriam ser legitimadas.

(v) O argumento acadêmico é invalidado por ser percebido como ideológico

Esta categoria reúne comentários que invalidam o argumento acadêmico não por seus fundamentos científicos, mas por o interpretarem como uma manifestação puramente ideológica. Conforme argumenta Milroy (2001), quando linguistas procuram convencer o público de que todas as variedades linguísticas são igualmente gramaticais e de que a discriminação linguística é injusta, seus argumentos deixam de ser percebidos como estritamente científicos e passam a ser lidos como intervenções ideológicas. Segundo o linguista, embora a afirmação de que todas as variedades são gramaticais seja linguisticamente correta, ela é parte de uma agenda interessada em modificar a opinião pública sobre a língua.

Assim, este descritor agrupa comentários que invalidam o argumento acadêmico justamente porque o consideram ideológico. Essa noção pode ser identificada nos comentários 4, 6, 7, 11, 13, 15, 16 e 22.

No comentário (4), ao afirmar que “esse tipo de argumento só tem uma função: marginalizar as pessoas pobres” e que ele é produzido por “pessoas de classe média alta”, o autor desloca a discussão do campo científico para o político e, assim, acaba atribuindo aos linguistas uma intenção ideológica e elitista. No comentário (6), ao afirmar que “o endosso antropológico do déficit linguístico indiretamente acaba respaldando imbecilidades, como as teorias eugenistas”, o comentarista associa a posição acadêmica a consequências moralmente condenáveis por suas supostas implicações ideológicas. No comentário (7), a afirmação de que os linguistas pretendem “justificar a falta de cultura” e de que “a nossa classe de pensadores de humanas no Brasil é um exemplo perfeito do fracasso de nós como sociedade” apresenta a produção acadêmica como uma prática ideológica responsável pela decadência social, e não como conhecimento científico. No comentário (11), ao afirmar que os acadêmicos “querem nos submeter por meio de elucubrações estupefacientes” e que “enxergam o mundo através das lentes raciais”, o autor atribui aos pesquisadores uma agenda ideológica de manipulação da sociedade, rejeitando a legitimidade de seus argumentos. No comentário (13), ao afirmar que “Falar a língua portuguesa corretamente daqui a uns dias vai ser racismo”, o comentarista interpreta o reconhecimento acadêmico da variação linguística como parte de uma agenda ideológica que associa a defesa da norma-padrão a uma acusação de racismo, numa ginástica retórica reversa, como se as variantes padrão pudessem passar a ser estigmatizadas. No comentário (15), a expressão “bobagem ideológica” reduz toda a discussão sobre variação linguística a uma posição política supostamente dominante nas universidades brasileiras, invalidando o argumento científico por considerá-lo apenas uma manifestação ideológica. No comentário (16), ao afirmar que há “uma carrada de ideologia identitária” em “um malabarismo intelectual” para justificar “falar e escrever a língua de forma errada”, o comentarista avalia que o argumento científico é contorcido para servir a uma agenda de minorias. Em seguida, ao afirmar que se importam conceitos estadunidenses para “empurrar na cabeça de gente ignorante” o “racismo estrutural”, reforça a ideia de que os pesquisadores atuam movidos por interesses políticos e não por evidências científicas. Por fim, no comentário (22), ao rotular como “Pseudointelectual validando o analfabetismo”, o comentador desqualifica diretamente a autora do vídeo e suas referências. Em vez de contestar os argumentos apresentados, reduz a posição acadêmica à defesa ideológica do analfabetismo, exemplificando a leitura descrita por

Milroy (2001), segundo a qual o discurso científico é reinterpretado pelo público como uma intervenção ideológica.

Assim, concluímos que o descritor mais frequente foi o (iii), correspondente à crença de que o português considerado correto é aprendido exclusivamente por meio da educação formal, presente em onze dos vinte e três comentários analisados.

4 O PAPEL DO LINGUISTA NO DEBATE PÚBLICO

Diante dos comentários ao vídeo analisado, convém ponderar sobre o modo como o conceito do português circula na sociedade e em especial nessa mídia. As categorias analíticas (i), (ii) e (iii) veiculam posicionamentos frontalmente contrários às concepções básicas da ciência sociolinguística, a respeito da variação linguística e da competência sociolinguística dos falantes. Além disso, o descritor (v) é bastante esclarecedora a respeito de como a autoridade acadêmica pode ser descartada diante de posicionamentos ideológicos. É nítido, assim, que as reflexões acadêmicas sobre o funcionamento da língua não alcançam o público não especialista. Assim, nos perguntamos como os linguistas adentram esse debate público.

Rajagopalan (2003) observa que poucas pessoas fora do meio acadêmico têm alguma noção do que seja a linguística e que os próprios linguistas nem sempre se atentam às razões da invisibilidade:

A total ignorância do que nós, linguistas, fazemos tem levado o público leigo a achar que somos acadêmicos com ideias estranhas sobre coisas tão comuns como o é, em seu entender, a língua. [...] Ou seja, a autoridade do linguista não é automaticamente aceita pela sociedade ampla. Ela precisa ser conquistada. E para conquistá-la é necessário usar bastante persuasão. (Rajagopalan, 2003, p. 7-8).

O contraste com outras áreas nos ajuda a medir o tamanho do problema. Quando um físico ou um biólogo afirma algo que contraria crenças populares, o público em geral aceita a legitimidade do que é dito, ainda que se declare incapaz de compreender em totalidade o que é veiculado (Rajagopalan, 2003, p. 132). O linguista não parece ter a mesma autoridade, todos se consideram habilitados a opinar, e o que ele tem a dizer entra no debate como mais uma opinião política do que argumento científico. Da mesma forma, lembramos a afirmação de Milroy (2001), já citada anteriormente, de que também o linguista opera dentro de uma ideologia.

Uma explicação mais imediata para esse quadro seria a falta de divulgação dessa ciência. Rajagopalan (2003) recusa essa ideia. Segundo o autor, a linguística foi formada de maneira que “o senso comum sempre foi tratado como um empecilho, algo a ser sumariamente descartado, a fim de que a reflexão teórica pudesse ser conduzida de maneira livre”

(Rajagopalan, 2003, p. 132). Esse afastamento, decidido dentro do campo e por razões metodológicas, é interpretado fora dele como “elitismo intelectual e de puro desprezo às opiniões leigas” (Rajagopalan, 2003, p. 132). Do ponto de vista dos não especialistas, os linguistas aparecem como um grupo refugiado em uma torre de marfim, distante dos falantes reais do idioma (Rajagopalan, 2003, p. 130). A dificuldade de participação no debate público, nessa leitura, não é apenas um problema de recepção: tem raízes na história da própria disciplina.

Daí vem a proposta do autor não se limitar a traduzir resultados de pesquisa para uma linguagem acessível. Para ele, seria preciso “também rever alguns postulados fundadores da disciplina” (Rajagopalan, 2003, p. 9) e substituir a lógica da divulgação, que é unilateral, por uma relação de interação com o não especialista. Aqui vemos algo que a linguística raramente admitiu: que o falante comum tem opinião legítima sobre a língua e que muitos daqueles rotulados como leigos possuem conhecimento considerável sobre questões de linguagem, ainda que esse conhecimento não seja reconhecido como científico pelo campo (Rajagopalan, 2003).

Aplicada ao material que analisamos, essa perspectiva permite ler os comentários de outro modo. Discutimos neste trabalho um objeto de divulgação que trata de um comentário de Lélia Gonzalez, uma antropóloga; não encontramos nesse espaço linguistas disputando a interpretação da autora, tampouco falando das pesquisas linguísticas que derivaram dela. Essa ausência produz efeitos, pelo silenciamento da linguística enquanto área de conhecimento e pela reprodução e manutenção das posições que antagonizam com uma ideologia mais apegada à variação.

Recusar as posições da sociolinguística sobre a variação e descartar a autoridade do linguista não são apenas desinformação a serem corrigidas; são também indícios de uma dificuldade de acesso dos falantes ao campo científico, e assim a fala do especialista chega sem crédito no debate. No caso do pretuguês, o problema se intensifica, já que o assunto não trata somente de língua, mas de hierarquias sociais que organizam os julgamentos sobre a língua, raça e identidade. A discussão do pretuguês no debate público poderia funcionar como uma lente amplificadora para o debate das desigualdades sociais, mas é precocemente inviabilizada pela própria negligência dos linguistas em relação a essa pauta.

Ao tratar da relação entre o linguista e o não especialista, Rajagopalan (2003) recusa a ideia de que se trate de uma questão apenas técnica ou de estilo de comunicação:

Ter interesse ou não em se dirigir aos anseios populares, em dialogar com os leigos, em pensar nas consequências práticas das nossas elucubrações teóricas é uma questão de escolha. Em outras palavras, é uma questão política. (Rajagopalan, 2003, p. 135).

Essa escolha, ainda segundo o autor, envolve a própria sobrevivência da disciplina e a sua relevância social (Rajagopalan, 2003, p. 135). Se trabalhar com a linguagem significa intervir na realidade social de que ela faz parte (Rajagopalan, 2003), a ausência do linguista nos espaços em que a língua é discutida publicamente não é uma posição neutra. Se comentários publicados em redes sociais funcionam hoje como um dos lugares em que se discute o que é a língua portuguesa correta e quem tem o direito de a definir, esses espaços merecem a atenção de quem estuda a linguagem e populariza a linguística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou que os julgamentos correntes sobre a língua não são espontâneos: resultam de um processo histórico de padronização que faz certas variedades parecerem naturalmente corretas. Os comentários analisados confirmam isso — três dos cinco descritores contrariam diretamente o que a sociolinguística sabe sobre variação, e o mais frequente, presente em onze dos vinte e três comentários, atribui só à escola a língua legítima. O quinto descritor é o mais revelador: nele o argumento acadêmico não é rebatido, apenas descartado como ideológico. O problema, portanto, não é falta de informação, mas recusa da autoridade de quem fala — e isso pesa ainda mais no caso do português, que envolve não só língua, mas hierarquias raciais e sociais. Não temos como concluir aqui de que modo os linguistas deveriam entrar nesse debate. Podemos afirmar que a ausência não é neutra e produz efeitos, mas a questão de como ocupar esse espaço sem repetir o afastamento apontado por Rajagopalan (2003) segue aberta e exigiria um *corpus* maior, que incluísse situações em que o linguista de fato participe da conversa.

Contribuições das autoras

Conceituação, investigação, curadoria de dados, análise formal e escrita da primeira redação: Adriele Santos de Lima. Metodologia, supervisão, validação e escrita — revisão e edição: Luana de Conto.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- BECHARA, Evanildo. **Lições de português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Camões com dendê: o português do Brasil e os falares afro-brasileiros**. Salvador: EDUFBA, 2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da et al. (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

HALLAL, Carolina. O pretuguês: recomendações de Lélia Gonzalez. **TikTok**, 8 dez. 2025a. Disponível em <https://www.tiktok.com/@carolhallal/video/7581639458236239122>. Acesso em 3 ago. 2026.

HALLAL, Carolina. Racismo e sexismo na cultura brasileira, de Lélia Gonzalez. **Instagram**, 8 dez. 2025b. Disponível em https://www.instagram.com/reel/DSBYn_wCutN/. Acesso em 3 ago. 2026.

KROSKRITY, Paul V. Language ideologies. In: DURANTI, Alessandro (org.). **A companion to linguistic anthropology**. Malden: Blackwell Publishing, 2004. p. 496-517.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. São Paulo: Letramento, 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Submetido em: 17/08/2026

Aprovado em: 18/08/2026